

CLRD celebra 35 anos e debate os impactos da reforma tributária

Maria Eduarda Lavocat

A CLRD, empresa voltada para negócios e famílias que buscam crescimento e proteção patrimonial, celebrou seus 35 anos de história em um evento realizado ontem no Nau Brasília. O encontro reuniu sócios, colaboradores, clientes e parceiros em uma noite de celebração e reflexão sobre o futuro. Mais do que uma comemoração, o evento propôs o debate de um tema essencial: a reforma tributária, que entra em vigor a partir de 2026 e representa uma transformação profunda no sistema fiscal brasileiro.

“Estamos muito felizes em celebrar esse marco e, ao mesmo tempo, discutir um tema tão importante. A reforma entra em vigor a partir de janeiro do ano que vem e traz muitas novidades e preocupações. Nosso objetivo é preparar os empresários para essa nova realidade”, explicou Alexandre Lacerda, um dos sócios-fundadores da CLRD.

Para Aci Coutinho, também sócio-fundador, a reforma tributária é, sem dúvida, a maior mudança que o sistema tributário brasileiro já enfrentou, especialmente com a implantação do IVA. “A partir de 2026, o imposto passa a ser cobrado no consumo, e não mais na produção. É essencial que as empresas compreendam a complexidade desse novo regime”, ressaltou.

Emannuele Leones



O presidente do Correio Braziliense, Guilherme Machado, ao lado dos sócios da CLRD, José Márcio Filho, Alexandre Lacerda e Aci Coutinho

O sócio ressaltou ainda que a reforma não se limita à tributação sobre o consumo. “Ela também deve abranger a renda e o patrimônio, o que ainda depende de regulamentação, mas certamente trará melhorias e ajustes importantes”, completou.

Entre os presentes no evento que celebrou os 35 anos da CLRD esteve o presidente do **Correio Braziliense**, Guilherme Machado, que destacou a relevância do momento e a parceria de longa data com o escritório.

“A importância de debater a reforma

tributária no fim deste ano é grande, mas o grande mote do evento de hoje são os 35 anos da CLRD. É uma parceira nossa desde 1992. Essa é uma equipe extremamente competente, que realiza um trabalho sério e de alta qualidade”, afirmou.

O presidente também aproveitou a ocasião para celebrar a trajetória conjunta. “Hoje estou aqui principalmente para abraçar e parabenizar por tudo o que construíram ao longo desses anos. São mais de três décadas de parceria, caminhando juntos e

compartilhando conquistas”, completou.

Durante o evento, Aci Coutinho também aproveitou para relembrar a história do escritório, marcada por crescimento gradual e constante evolução. “É uma trajetória linda. Começamos sem estrutura, apenas com coragem e talento, e fomos nos organizando. Hoje, estamos na segunda sucessão do escritório — o nosso atual sócio em Brasília começou como estagiário e hoje faz parte da sociedade. Isso mostra nossa capacidade de renovação e modernidade”, relatou.

O sócio citado é José Márcio Filho, que ingressou na CLRD ainda na época da faculdade e, neste ano, completa 25 anos de atuação na empresa. “A gente realmente gosta do que faz e tem prazer em criar soluções voltadas para o cliente, com um atendimento humanizado, personalizado e técnico”, afirmou.

Com as mudanças que entram em vigor em 2026, a CLRD já se prepara para oferecer suporte técnico e estratégico aos clientes. “A reforma tributária vai transformar profundamente os modelos de negócio e a relação das empresas com o fisco. Estamos prontos para auxiliar nesse processo”, destacou José Márcio.

Questionado sobre o principal desafio diante da reforma, ele declara ser a conscientização do cliente de que o sistema já mudou. “É preciso entender que a reforma não é algo distante, ela já é uma realidade. E quem não se preparar vai sentir o impacto, especialmente no aspecto financeiro. O planejamento é essencial”, disse.

Mackenzie recebe Ino Augsberg, acadêmico alemão

O auditório da Faculdade Presbiteriana Mackenzie de Brasília (FPMB) recebeu nesta quarta-feira (05) o Seminário Internacional “Direito Constitucional Informacional: o papel da informação e digitalização no Direito Constitucional”, com a participação de Ino Augsberg, professor catedrático de direito público e teoria do direito na Universidade de Kiel, Alemanha.

O evento contou também com a presença especial do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, e da professora Bruna Abranches, mestre pela Universidade de Lisboa e doutoranda pela Goethe Universität Frankfurt am Main. Durante a conferência, foram lançadas obras jurídicas de Augsberg e Abranches, incluindo o livro *Causalidade na Sociedade do Risco: responsabilidade penal pelo produto na proteção do futuro*, de autoria da professora.

Em sua palestra, Augsberg explicou que sua principal tese é que os fatos não estão fora do direito, não são algo completamente distintos dele. “Pelo contrário — quero explicar por que os chamados ‘fatos’ já são profundamente influenciados e caracterizados pelas próprias

Divulgação



Seminário Internacional “Direito Constitucional Informacional”

operações jurídicas às quais aparentemente se referem. Essa é a ideia central: mostrar que a realidade dos fatos não é algo separado da lei, mas sim intrinsecamente conectada a ela”, disse.

Nascido em Gießen, Alemanha, Augsberg é doutor em filosofia e em direito. Desde 2013, é titular da cátedra de filosofia do direito e direito público e codiretor do Instituto Hermann

Kantorowicz de Pesquisa Jurídica Fundamental da Universidade Christian-Albrechts de Kiel. Entre suas obras publicadas no Brasil estão *Kassiber: A tarefa da Hermenêutica Jurídica* e *Direito Administrativo Informacional: para uma dimensão cognitiva do controle jurídico das decisões administrativas*.

O ministro André Mendonça, professor da Faculdade Presbiteriana Mackenzie de Brasília, teceu elogios ao alemão. “Hoje temos a honra de receber no Mackenzie o professor Ino Alsberg, um dos principais constitucionalistas da Europa e da Alemanha, sucessor da cadeira do professor Robert Alexy — que, durante muitos anos, foi o jurista alemão que mais influenciou a doutrina brasileira. Ao lado dele está a professora Bruna. Recebê-los aqui é um reconhecimento internacional para o Mackenzie e um privilégio não apenas para nossos alunos, mas também para todos os acadêmicos, professores e estudiosos do Direito Constitucional”, disse. “Tê-los conosco é um verdadeiro marco para o Mackenzie Brasília”, acrescentou.